



DOI:10.12957/transversos.2019.41856

## **“Povoamento” da Mapunda. Encontros e desencontros num espaço iminentemente Colonial.**

**Helder Alicerces Bahu<sup>1</sup>**

ISCED - HUÍLA

[helderpedroalicercesbahu@gmail.com](mailto:helderpedroalicercesbahu@gmail.com)

### **Resumo:**

A expressão “povoamento” foi marcada, durante anos, por um enorme simbolismo cuja dimensão extrapolou fronteiras e dominou a agenda de imensas ordens expansionistas pelo globo. Era a condição necessária para a reivindicação de um território e, nesta lógica, o recurso a massa humana disponível para a concretização deste importante postulado da colonização.

É neste quadro de abordagem que se enquadra o bairro da Mapunda, marcadamente habitado por madeirenses durante a grande odisséia de desenvolvimento da antiga colónia de Sá da Bandeira.

**Palavras-chave:** Mapunda, Colonização, Povoamento, Discriminação.

### **Abstract:**

---

<sup>1</sup> Professor no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA). Mestre e Doutor em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa (ISCTE-IUL); Coordenador do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (CIDE-ISCED); Investigador Associado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL); 2018 publicou um capítulo de livro, a ideia de família extensa em contexto angolano. Um legado histórico em desagregação. Em Pantoja, Selma [org] *Leituras Cruzadas sobre Angola. Saberes, Culturas e Políticas*, São Paulo, Paco Editorial 2016 publicou um capítulo de livro, *O Étnico está em Desuso? Construção e Desconstrução Identitária em Angola*. Em Teixeira, Marco António Domingos & Uílian Nogueira Lima [org] *Afros e Amazónicos. Estudos Sobre o Negro e o Indígena na Amazônia?* Vol. II, Porto Velho, MC & G Editorial; 2013 Publicou, pela Editora Colibri, os quadros angolanos em Portugal. Integração e Retorno. [helderbahu@hotmail.com](mailto:helderbahu@hotmail.com).

The expression "settlement" was marked, for years, by an enormous symbolism whose dimension extrapolated borders and dominated the agenda of huge expansionist orders across the globe. It was necessary condition for the claim of a territory and, in this logic, the use of human mass available for realization of this important postulate of colonization. It is within this framework of

approach that falls within Mapunda neighborhood, markedly inhabited by Madeirans during the great odyssey of development to the old colony of Sá da Bandeira.

Mapunda, Colonization, Settlement, Discrimination.

## Introdução

Passando um breve olhar pela história local angolana vislumbra-se um cenário de uma enorme lacuna de fontes relativa a vários locais que tiveram uma grande intensidade e ajudaram a consolidar a história geral de Angola. Assim, continuamos a observar uma fraca pesquisa ao nível das ciências sociais e humanas relativamente a espaços mais pequenos cujos habitantes, pelas suas acções, construíram, em vários sentidos, a “Huíla colonial”. Refiro-me, concretamente, a zona da Mapunda que, no interesse da época, serviu de “repositório” para um número significativo de colonos madeirenses que confirmaram o princípio da ocupação efectiva no quadro de um “povoamento branco” aceitável.

Portanto, movido por um sentido de curiosidade e alguma nostalgia referente a uma infância vivida numa zona de proximidade com a Mapunda, imagens várias dominaram o horizonte das minhas percepções e desafiaram-me a mergulhar naquela realidade com certo interesse.

Eis que, olhando para aquele infinito de campos cultivados, rios exuberantes, aves diversas, zonas habitadas por uma vegetação nativa interessante que, em muitos casos, produzindo frutos<sup>2</sup> algo exóticos como o mirangolo<sup>3</sup>, a macopacopa<sup>4</sup>, a titica de galinha<sup>5</sup>, a

---

<sup>2</sup> Toda a informação referente aos nomes de frutos locais foi extraída de FIGUEIREDO, E. & SMITH G. *Common Names of Angolan Plants*. Inhlaba Books, 2012.

<sup>3</sup> Carissa edulis.

<sup>4</sup> Grewia sp.

<sup>5</sup> Lantana camara L.

missangaya<sup>6</sup>, a noheva<sup>7</sup>, e o mukulhungo<sup>8</sup> ou, noutra amplitude, os pássaros predilectos caçados com owihi<sup>9</sup> ou ondjandjo<sup>10</sup> (zanguinhas, catuituís<sup>11</sup>, bico vermelho<sup>12</sup>, beija flor<sup>13</sup>, Ciliquata<sup>14</sup> (Penereiro), Sakandjwele. Acrescento os bons assados de Ekundumba<sup>15</sup> e o rato caumbi

Lembro-me ainda dos mergulhos no *canariz* e no açude, precedidos de um belíssimo escorregar, sem roupa, sobre a lage do famosíssimo *cadescorrego* – neste local, aguçava a minha e nossa curiosidade a existência de uma família resultante de um homem de raça branca e uma mulher kung<sup>16</sup>. A nossa presença naquele local (rio-açude) era feita de forma sorrateira, sempre escondido dos pais e conscientes de uma severa punição em caso de conhecimento.

Para completar a grande curiosidade de uma criança livre e com alguma mobilidade, a presença significativa de uma população branca e mestiça que, intitulados “nativos” da região, completavam esta grandiosa paisagem que consolidava o imaginário inocente de qualquer criança integrada naquele cenário de enorme solidariedade e convivência - estes e outros cenários preenchiam as vivências da minha e nossa infância.

Por ter vivido num espaço urbano e agora deslocado para uma zona mais periférica com espaço e gente proveniente de vários contextos, aumentavam ainda mais as interrogações sobre o local e uma paixão desmedida em relação ao mesmo cujas transformações actuais proporcionam-me alguma confusão e desilusão.

O fundamento metodológico deste texto baseia-se essencialmente na observação participante pois, trata-se de experiências observadas e vividas que se consolidaram com uma perspectiva biográfica sustentada pelas belíssimas histórias de vida contadas por vários habitantes da Mapunda. Estes, por intermédio de uma entrevista semiestruturada traziam ao de cima alegres memórias de um passado radiante e de um futuro confuso e incerto. Muitos dos depoimentos recolhidos coincidem com vários documentos e livros publicados sobre a odisseia

---

<sup>6</sup> *Rhus tumulicola*, família anacardiaceae.

<sup>7</sup> *Cyperus* sp.

<sup>8</sup> *Bridelia mollis*.

<sup>9</sup> Visgo – feito a base de uma resina obtida a partir de uma mulembeira chamada ficus elastica. Uma vez tratada é envolvida numa estaca e suspensa numa árvore. O pássaro que aí pousa fica preso.

<sup>10</sup> Armadilha feita a base de vários nós de náilon ou barbante. O pássaro é atraído por um pouco de massango (*sorgum*) e, pela marcha, fica preso pelas patas.

<sup>11</sup> *Cisticolas* spp.

<sup>12</sup> *Tockus* cf. *Erythrorhynchus*.

<sup>13</sup> *Cinnyris* spp.

<sup>14</sup> *Elanus* cf. *Caeruleus*.

<sup>15</sup> *Schistorerea* gregaria.

<sup>16</sup> Conhecidos genericamente por Khoisan.

madeirense naquele território e outros consolidam uma realidade com importantes redes de sociabilidades ajustadas a uma mestiçagem invulgar.

É neste quadro de vivências e constatações que me inspirei para a redacção deste breve texto sobre a Mapunda e suas vivências.

### **A Mapunda como “epicentro” da colonização**

Falar da Mapunda implica uma forte incursão histórica ao nível do processo de colonização do território conhecido hoje por província da Huíla pois, ela resulta de um conjunto de movimentações resultantes do povoamento da região que contou com uma significativa população proveniente da Madeira.

Portanto, antes de qualquer desenvolvimento relativamente a presença madeirense no antigo distrito da Huíla, várias tentativas anteriores foram efectuadas, principalmente com portuenses e minhotos. Longe de qualquer esvaziamento do movimento massivo evidenciado no final do século XIX, este cenário começa nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, conforme o relato de MEDEIROS (1976): «em 1828 o governador de Benguela, Aurélio de Oliveira, nomeava o Capitão Felício Matos da Conceição como regente da Huíla. Chegou em Maio mas em Janeiro do ano seguinte retirou-se para Quilengues por ter encontrado dificuldades no contacto com os indígenas». (MEDEIROS, 1976: p. 139).

Importa referenciar uma aproximação biunívoca com tentativas por Benguela e Moçâmedes. Este processo introduziu um conjunto diferenciado de actores que, pelas dificuldades climáticas, hidrográficas, orográficas e, no imaginário, a extensão territorial da região procuravam ocupar a mesma.

A decisão do envio de madeirenses está justificada pelo facto de um número significativo de tentativas anteriores ter fracassado por conta das particularidades económico-climáticas da região. A imposição de alguns princípios consagrados na conferência de Berlim, como o da ocupação efectiva, destacavam a notificação e povoamento branco significativos (Ver PÉLISSIER, 1997; KALUQUEMBE, 2009).

A agressividade climática e as notícias pouco animadoras sobre África veiculadas ao nível da Europa afastavam qualquer tentativa de envio de homens livres. Assim, analisados os vários cenários, a preferência recaiu sobre os madeirenses porque:

[...] Emigravam em grande número da sua ilha e eram tidos na conta de trabalhadores e bastante tenazes perante as dificuldades, fixando-se

com facilidade nas terras para onde se dirigiam. [...] Os colonos da Madeira levam família, criam raízes na terra onde se estabelecem e formam povoações definitivas e seguras (MEDEIROS, 1976: p. 189,190).

Estava decidido implementar este grande projecto de colonização baseado em Madeirenses uma vez que, o Lubango tinha sido oficialmente definido em 1874 como o centro da colonização (Ibid: p.190).

Opta-se, efectivamente, por colonos madeirenses cujo primeiro grupo, a bordo do navio Índia, chega a Moçâmedes em 18 de Novembro de 1884. O segundo grupo contava com mais de cem madeirenses que atravessaram com muito sacrifício e dias de viagem, o árido deserto de Moçâmedes e longos vales para se estabelecerem no Lubango no dia 19 de Janeiro de 1885. Encontraram apenas uma cabana<sup>17</sup> de capim para os albergar e, insatisfeitos, pensaram em voltar mas o mar ficava tão distante que um retorno seria ainda mais desesperante. Entenderam ficar e começaram a pensar em praticar a agricultura para a sua subsistência porque se sentiam mais pobres do que estavam na Madeira. A data do estabelecimento da segunda vaga de madeirenses é tida como a data da fundação da colónia de Sá da Bandeira na qual foi realizada a primeira missa pelo padre José Antunes da comuna da Huíla onde se havia instalado uma missão católica. «Em homenagem ao Marques da Sá da Bandeira pelo seu empenho na colonização do sul, o Lubango passou a designar-se Sá da Bandeira» (DIAS, 1957: p. 35).

Todo o projecto de povoamento da região está bem plasmado no trecho abaixo:

Para reclamar tutela sobre territórios não bastava invocar uma presença antiga; havia que controlá-los e havia que demonstrá-lo. Havia que conhecer o território e prová-lo. Havia que estabelecer limites de desenhar fronteiras, mesmo que na prática, no território, os fluxos reais de pessoas, de animais, de bens, de palavras, línguas e solidariedades sociais e políticas subvertessem os limites marcados nos mapas. Finalmente, além da garantia de conhecimento sobre o território, havia que ocupá-lo, conquistá-los aos locais e lá implantar colónias de europeus [...] (Bastos, 2009, pág. 57).

A concretização de um fluxo significativo de madeirenses deveu-se a pobreza extrema ao qual estavam sujeitos e das irreais promessas efectuadas pela administração colonial portuguesa relativamente a um possível paraíso e a possibilidade de uma melhor condição de vida – promessas do angariador de emigrantes para África – Câmara Leme (ver BASTOS, 2009; KALUQUEMBE, 2009; ARRIMAR, 2013).

---

<sup>17</sup> Por se terem estabelecido em cabanas de capim, o local da sua instalação ficou conhecido por Barracões.

A Madeira, epicentro para a colonização do sul de Angola, era um território ajustado a uma história muito conturbada que, na altura, associava um emaranhado de disputas entre Ingleses e Franceses, descredibilização da qualidade do vinho lá produzido, dificuldades financeiras (KALUQUEMBE, 2009).

Chegados a região dos barracões, os iniciadores da colonização do Lubango não ficaram confinados àquele local por não dispor de espaço suficiente para a sua acomodação porque o número superava a capacidade instalada. A sua concentração em lugar relativamente distante do planificado foi rebatida por ARRIMAR (2013: p. 69) quando fazia referência a um relatório de Câmara Leme:

A quadra chuvosa não permitiu fazer uma instalação definitiva e rápida como seria de desejar, abrigando-se os colonos, à chegada, n'uns barracões provisórios, que estavam a uma distância de três quilómetros do local onde eles se deviam estabelecer definitivamente.

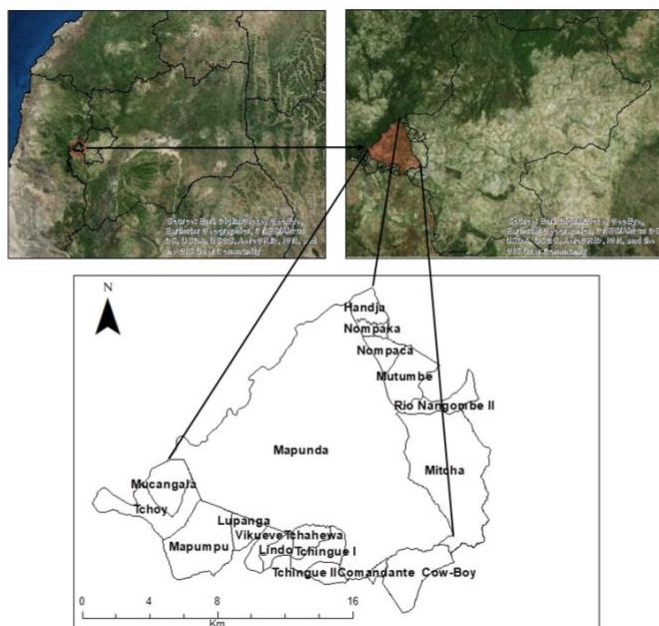
A precaridade dos barracões e a exiguidade de condições de instalação disponibilizadas conferiam aos novos inquilinos períodos difíceis e, se calhar, piores aos da terra de origem. Assim, sendo a base de sustentabilidade do projecto colonial a agricultura, o processo de povoamento da região fez-se de uma forma muito dispersa com uma distribuição baseada na ocupação das principais linhas de água do Lubango e arredores aliás, a distribuição arquitectónica do Lubango colonial, com excepção do centro que compreendia a zona político-administrativa e comercial, correspondia a um filão de residências construídas muito próximo das linhas de água. A distribuição passou a ser mais densa com a construção das levadas.

Nesta ordem de ideias, Humpata, Huíla, Chibia, Quilemba, Caluquembe, Matala, Caconda, Machiqueira, Nossa Senhora do Monte e Mapunda, só para citar as principais zonas de distribuição de uma população branca, podem ser interpretados como os principais centros logísticos e populacionais para o crescimento e desenvolvimento do projecto de colonização do Sul de Angola.

Assim, o preâmbulo histórico acima apresentado é essencial para a compreensão da Mapunda pois, o povoamento colonial da região fez-se maioritariamente com populações provenientes da Madeira.

### **Mapunda – contextualização e dinâmicas**

Está confinada pelos bairros da Mitcha, Helder Neto e Comandante Cow-Boy.

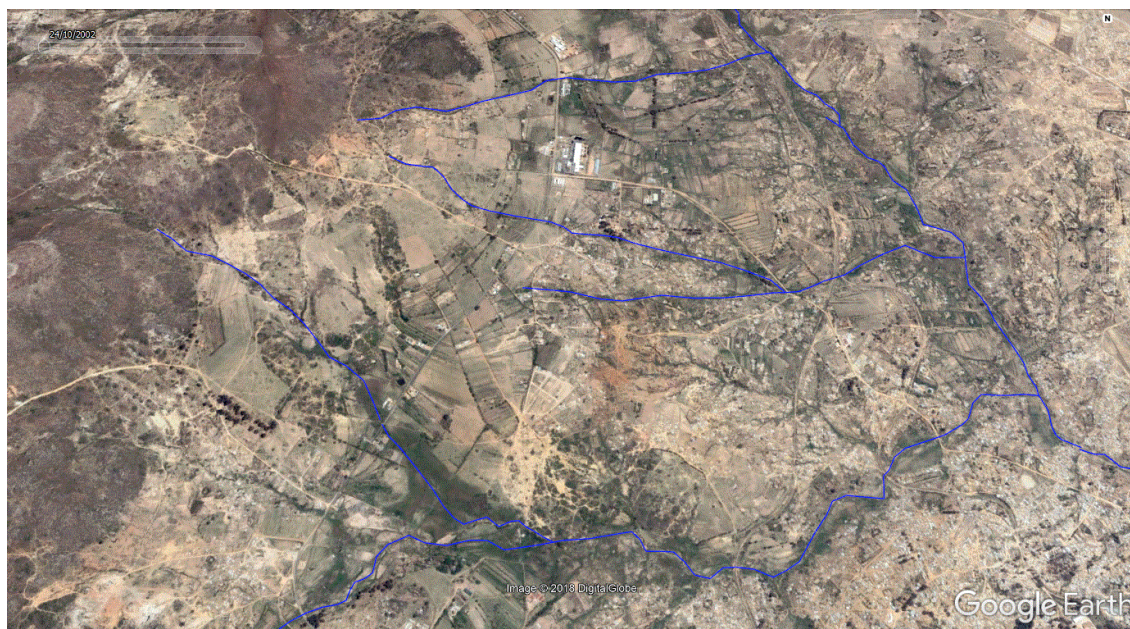


Ainda no que toca a localização da Mapunda, o entrevistado Sérgio Sousa (2012) refere-se a um território localizado no Lubango e que fica para lá do rio Mapunda. Era ocupada maioritariamente por madeirenses e seus descendentes que aí se instalaram com as suas famílias. Dedicavam-se essencialmente a agricultura e a agro-pastorícia porque eram pessoas sem instrução. É sabido que os mesmos foram desenganados pelo governo português que apenas passava o título de concessão de terras renovado de ano a ano. Só depois da independência é que muitas famílias conseguiram os seus títulos definitivos<sup>18</sup>.

Por conta das imensas linhas de água que atravessam a região foi, no passado, uma aldeia agro-pastoril. Os rios mais importantes que drenam a região são o Caculuar e o Mapunda. A distribuição da água obedeceu a critérios estruturantes de gestão das imensas inclinações da região que facilitavam a construção de levadas<sup>19</sup> e, consequentemente, a criação de imensos canais de irrigação que promoveram um lugar de “enorme sucesso” do ponto de vista de produção de bens de primeira necessidade e garantia de alguma autonomia dos colonos recentemente instalados na região.

<sup>18</sup> Conversa com Sérgio Sousa. Lubango, 2012.

<sup>19</sup> Conceito madeirense para referir-se à valas de irrigação.



**Fonte: CIDE-ISCED, 2018. Imagem de Satélite referente as linhas de água da Mapunda(imagem de 2002).**

São os rios em apenso que serviram de chamariz para a instalação dos “desbravadores coloniais” pois, a logística para a manutenção destas famílias teria criado muitos embaraços a estrutura financeira colonial. A agricultura familiar era a saída encontrada para facilitar a sobrevivência dos colonos e, consecutivamente a criação de um conjunto de valências para a construção da colónia em várias dimensões<sup>20</sup>.

O melhoramento da dieta alimentar e estabilização de uma realidade anteriormente agreste trouxe consigo um melhoramento das habitações que, numa lógica uniformitária, desenhou um modelo bastante generalizado. Eis abaixo um modelo de habitação da década de 1920:



<sup>20</sup> Conversa com Sérgio Sousa. Lubango, 2012.

**Fonte: Foto de Bahu, 2018. Habitação da família Antero, cedida posteriormente ao seu trabalhador, Chipa.**

O retrato do Senhor Chipa enaltece a vivência de um homem que trabalhou durante vários anos para uma família de colonos que, no limite das balizas estabelecidas entre colonizador e colonizado, afirma ter saudades dos velhos tempos e considera a realidade actual pouco assertiva para um nível de organização anteriormente estabelecido. A sua base de sobrevivência era a agricultura de subsistência que não pode praticar por conta da obstrução da vala de irrigação que foi desviada por altura da reabilitação dos caminhos de ferro de moçamedes.

O desabafo do velho Chipa incorpora um cenário de descontinuidades no quadro da passagem de testemunho pois, as técnicas de produção aprendidas na era colonial não podem ser transferidas aos seus descendentes que perdem uma enorme oportunidade de continuidade e especialização em determinado tipo de produção. Este facto é sustentado pela reabilitação dos caminhos de ferro de Moçamedes que desviaram a vala e impediram a realização de alguma agricultura nos terrenos do velho Chipa. Sabe-se que o nível de literacia na periferia da Mapunda é baixo e a aprendizagem de um ofício pode ser uma importante saída para a mitigação da pobreza.

### **Mapunda – origem controversa?**

A colonização, especialmente a que dominou o território conhecido hoje por Angola, parece controversa relativamente a alguns aspectos. Primeiro, constitui uma bandeira colonial a ideia de subalternização e conversão do outro, expurgando tudo o que conflitua com toda a produção do “centro” (Europa, no caso); segundo, promove actos de coabitação de nomes, hábitos, objectos e outros cenários tipicamente “nativos” – terá sido uma estratégia de penetração e harmonização?

Por isso, chama-me a atenção o nome Mapunda que de acordo com BAHU (2014: p.260) refere-se aos autóctones que viviam na serra desta região e apresentavam-se com embrulhos a cabeça. Estes embrulhos eram chamados, na língua *olunyaneka*, de *omapunda* daí a designação de Mapunda ao bairro; também pode ser *epunda* (tranças grandes característica do penteado das mulheres Mwila), o plural é *omapunda*.

Conforme o parágrafo acima, observa-se que a região não era desabitada por altura da implantação dos madeirenses. Já lá estavam os Ovanyaneka, exímios criadores de gado que numa perspectiva de conservação<sup>21</sup> do seu *modus vivendi*, afastavam-se de qualquer contacto. É por esta razão que pouco se sabe sobre a distribuição dos ovanyaneka pela Mapunda. Os relatos apontam para uma integração paulatina dos mesmos nas actividades agro-pastoris dos colonos e o desenvolvimento de um “ambiente harmónico”. Martins, descendente de madeirenses e nascido na Mapunda, recorrendo aos relatos dos seus avós e pais, reforça a ideia deste local ser habitado antes da presença Madeirense:

Já havia população na Mapunda e, logicamente que estavam os ovanyaneka, isolando-se inicialmente. Depois de algum tempo começaram a aproximar-se e a participar das várias actividades. Infelizmente, a abertura das levadas (valas) não respeitou os lugares Santos de culto nem tão pouco os símbolos destas populações [...] acto contínuo, nem referências sobre o Mwene Luvango existem – obliteração total da História pré-colonial do Lubango<sup>22</sup>.

O parágrafo acima ressalta a grande lacuna de fontes relativamente ao período pré-colonial o que, de certa forma, limita a possibilidade de identificação de locais simbólicos/sagrados que poderiam ser revitalizados em termos patrimoniais para este seguimento populacional e outros.

Por terem vindo com as suas famílias, os processos de mestiçagem começaram muito mais tarde. Sempre que se deslocassem à cidade, usavam botas e tinham a cor avermelhada por exposição exagerada ao sol. Tinham um nível académico baixo e eram considerados, pelos indivíduos do centro da cidade, rudes. O trecho abaixo ilustra bem a forma como os mapundeiros eram vistos:

Era um bairro de brancos que eram considerados pelos que viviam no centro da cidade como brancos brancos, burros, grosseiros, pobres, rurais e bairro de pretos pobres. Eram pessoas humildes, incultas, analfabetas. Os pretos não se distinguiam mas os brancos sim e via-se na face. Os da Mapunda e da Humpata notavam-se. As botas e o tom da pele muito queimada o ar de pessoas entroncadas. Essas pessoas eram objecto de um certo ridículo por causa destas características. Ainda hoje para quem mostre um erro grosseiro eu digo, “seu mapundeiro”<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Henderson (1990) na obra *a igreja em Angola: um rio de várias correntes*, refere-se ao “conservantismo cultural” deste seguimento populacional.

<sup>22</sup> Conversa com Isildo Martins, Lubango aos 26 de Junho de 2018.

<sup>23</sup> Conversa com Agnelo Carrasco. Lubango, 04 de Outubro de 2011, às 10h00.

Essa situação perdurou no tempo e ainda hoje o mapundeiro é referido como alguém sem educação. Na maior parte das vezes, são expressões ditas em tom de gozo porque muitos mapundeiros acabaram por se instalar noutros locais e misturaram-se com grupos de outros bairros, províncias e até com estrangeiros.

### **Dificuldades de integração dos madeirenses na Mapunda**

Durante a fase de pesquisa foi possível observar uma enorme unanimidade relativamente as agruras vividas por este seguimento populacional que acabou por fazer uma grande diferença no quadro do povoamento desta região.

Depois de várias promessas relativamente a uma terra melhor e de prosperidades, o grande martírio começou com a viagem de navio que tinha a duração de alguns meses. Chegados a Moçâmedes, começava outra odisseia de travessia do deserto e um relevo bastante acidentado para chegar ao Lubango, neste caso, a “bendita terra prometida”.

Chegados ao Lubango começa a desilusão geral e os choros desesperantes de um recomeço penoso onde a fome e a adaptação ao momento certo para as culturas começavam a angustiar os cidadãos recentemente chegados que, no limite da sua resiliência, contaram com o apoio do Mwene Luvango que «forneceu cereais e alertou-os relativamente ao melhor momento para as culturas» (BAHU, 2014: p.54).

A região dos barracões se afigurava insuficiente para o albergue dos grandes contingentes populacionais aí instalados. Assim, começa um processo de dispersão que vai culminar com a distribuição dos mesmos pelas diferentes zonas da região, particularmente os territórios privilegiados com linhas de água. Recebiam da administração colonial, duas juntas de bois, sementes e algum dinheiro para a sua instalação e sobrevivência (MAGALHÃES, 1925).

Neste seguimento de acontecimentos, começam a chegar os primeiros agrupamentos a região da Mapunda e, neste território, outra odisseia baseada no desmatamento, construção de moradias, abertura de levadas para a irrigação dos terrenos e plantação do essencial para o seu consumo diário. A produção aqui evidenciada incentivou o desenvolvimento de um forte comércio ao nível da Mapunda e dos principais centros urbanos onde o modelo de organização da estrutura comercial estava baseado na organização das chamadas quitandas. Nestas, observava-se uma grande diversidade de produtos que, para além dos agrícolas, incluíam

também o pão, os bolos e, algumas famílias dedicavam-se a extracção e venda de inertes que transportados em carroças eram vendidos no centro do Lubango<sup>24</sup>.

Neste processo de povoamento podem ser evidenciadas algumas famílias: Fajoco, Sousa, Caldeira, Calolos, Camanamanas, Gouveia, Martins, Mendonça, Inácio, Fernandes, Antero, Quental, Faria, Amaral, Noronha, Camilo, Simões, Gomes, Aníbal, Lopes, Figueira, Vicente, Duarte, Salaviza, Nunes, Frederico, Palhota, Leonel, Antunes.

Existia uma enorme harmonia e solidariedade entre as várias famílias que habitavam a Mapunda. As redes de sociabilidades evidenciavam-se nos bailes organizados aos sábados e domingos onde grupos de jovens solteiros juntavam-se, convidavam alguém para tocar concertina - dançavam corridinho, conga e valsa.

Outro espaço de sociabilidade de muita entrega eram as marchas populares que tinham como espaço de ensaios um campo na Mapunda. O desfile principal das festas populares de São João era o campo do Benfica e a Mapunda ganhava quase sempre.

Eram tempos difíceis que incorporavam um processo de alternância entre as actividades domésticas e os deveres relativamente a prestação de serviços nos mais variados domínios para a concretização da administração colonial na região.

Evidenciava-se, seguramente, a ideia de que a Mapunda era apenas um local de residência. As actividades principais dos indivíduos do sexo masculino estavam viradas para outras circunscrições administrativas do território e, neste caso, estavam ao serviço da administração para a construção de estradas, residências, pontes e outras infra-estruturas necessárias ao funcionamento de toda a estrutura colonial em construção. É, por esta razão, que a Mapunda ficou conhecida, durante anos como a terra dos homens de “mil ofícios”. Existia uma significativa mão-de-obra operária que muito contribuiu para o crescimento urbano e não só do sul de Angola e de outras paragens.

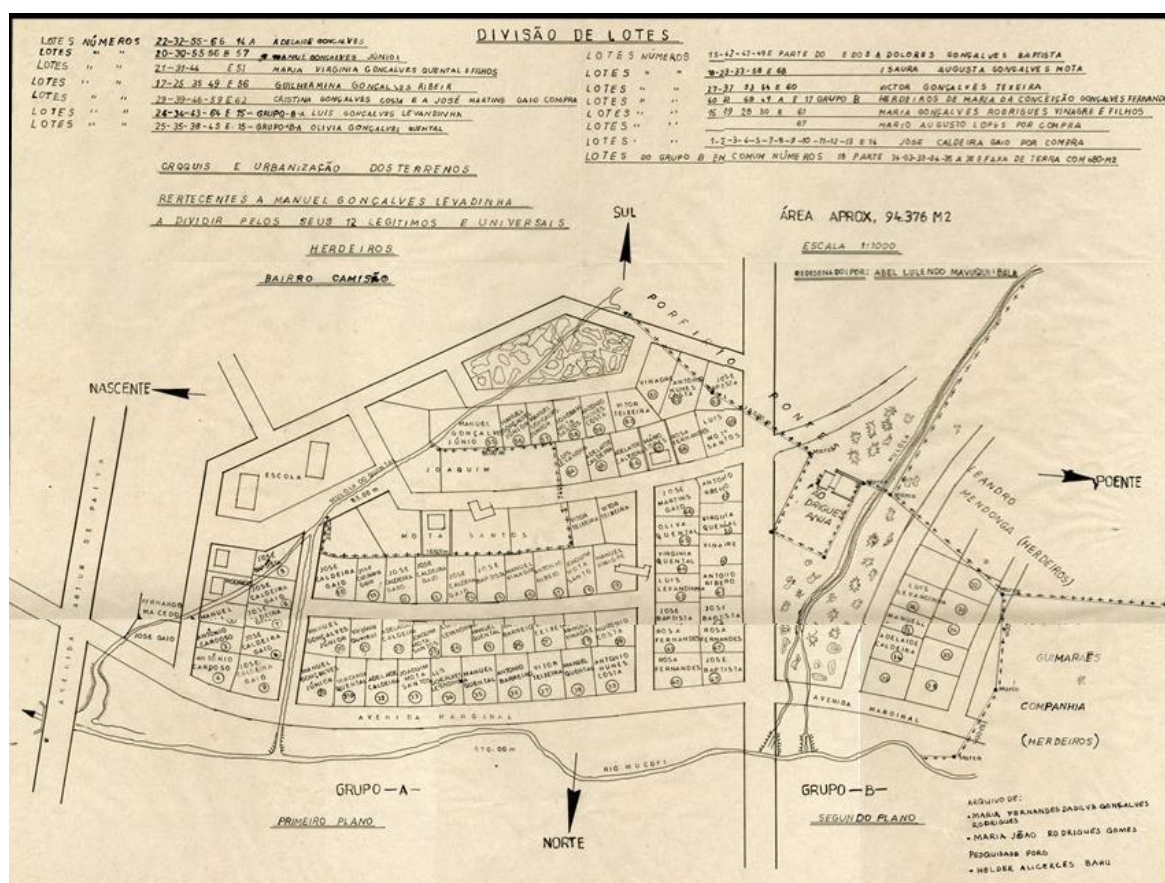
Assim, com o reacender dos movimentos autonomistas em África, Portugal foi obrigado a tomar algumas decisões para continuar a ganhar tempo e evitar a todo o custo a emancipação política da sua jóia em África. A pressão internacional era um facto e as nações unidas aprimoravam os princípios da legítima defesa que protegiam os chamados “turras” que apenas reivindicavam um espaço, legalmente seu.

---

<sup>24</sup> O centro do Lubango era uma zona comercial e bastante elitizada. Apenas indivíduos com algum grau académico, profissões distintas e algum poder económico habitavam a cidade.

Nesta conformidade, a administração colonial portuguesa promulgou uma série de decretos e estratégias para a sua legitimação no território angolano, salientando-se a revogação do Acto Colonial e a revisão da constituição portuguesa que, em 1951, transforma Angola numa província ultramarina – há aqui um recurso inevitável ao postulado de Norton de Matos (1953) na sua obra *Nação Una: organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Este projecto teve custos variados para o Estado Novo que se vê obrigado a realizar em Angola investimentos a escala de Portugal.

É neste quadro que começaram a emergir vários projectos habitacionais que configuraram um enorme crescimento das cidades. Neste projecto, pode-se evidenciar a participação de imensos operários provenientes da Mapunda e de outras paragens:



**Fonte:** Arquivo doméstico de Fernanda e Maria João (2018). Bairro Camisão (conhecido também por Lage, hoje bairro Dr. António Agostinho Neto).

Apesar de haver uma grande predominância masculina ao nível da consolidação do império colonial no Lubango, as mulheres eram importantes agentes da retaguarda. Organizavam a casa, cuidavam dos filhos, participavam das actividades agro-pastoris e, ainda,

dedicavam-se ao fabrico de pão e bolos diversos para a venda. No campo agrícola, o trigo era o produto principal de cultivo. Algumas mulheres trabalhavam em casas de famílias “abastadas” no centro da cidade, principalmente como lavadeiras.

Ainda assim, a vida continuava difícil e a pobreza um factor evidente: «passávamos muito mal e, em alguns casos, só ao fim de semana conseguíamos comer pão. Comecei a usar sapatos aos meus 14 anos e, vestido novo, só no natal<sup>25</sup>».

A Mapunda sofreu também uma grande influência da chegada dos caminhos-de-ferro de Moçâmedes que no dia 23 de Maio conferiram a elevação do Lubango a categoria de cidade. Este itinerário ferroviário possui uma estação na Mapunda e, daí, a exigência de mais mão-de-obra para dar continuidade a ampliação da rede ferroviária e consequente crescimento do comércio.

Os caminhos-de-ferro introduziram novas dinâmicas e novas necessidades para a abertura de novas rotas. Desta feita, abriram-se novas empreitadas no Quipungo, Matala (Mulondo, Freixiel), Jamba Mineira, Chibia e aos Gambos onde havia a possibilidade de exploração do ferro.

Os caminhos-de-ferro de Moçâmedes passam pela Mapunda onde existe uma famosíssima estação que permitiu fluxos vários de pessoas e maior mobilidade. Esta estação acabou por ser o *pivot* para a construção de uma sociedade multicultural que se estendeu para lá da Mapunda. As significativas comunidades de populações Ovimbundu<sup>26</sup> e Kimbari<sup>27</sup> fazem parte dos vários aglomerados populacionais que utilizaram os caminhos-de-ferro, alguns como funcionários e outros como cidadãos que procuravam outras oportunidades. Alguns relatos: «fui prisioneiro de guerra por alguns anos no Bentiaba. O mano Lucas falou com alguns amigos que conseguiram a minha soltura. Apanhei o comboio no Namibe e, para chegar a casa do mano, desci na estação da Mapunda<sup>28</sup>».

## Os Mapundeiros e a discriminação

---

<sup>25</sup> Conversa com dona Laura, 28 de Abril de 2018.

<sup>26</sup> Populações provenientes do planalto central que têm como língua o Umbundu.

<sup>27</sup> Grupo “mestiço”, resultante de encontros de populações Ambundu, Ovimbundu, Kuvale e população urbana do Namibe – provavelmente europeus e pernambucanos. São dados provenientes da História Oral que carecem de algum aprofundamento. Resumidamente refere-se a população “urbana” do Namibe.

<sup>28</sup> Conversa com Sr. Prata Pedro, 30 de Abril de 2018.

Falar de discriminação/racismo se afigura como uma tarefa muito difícil pois, ao contrário do óbvio, existiam diferentes níveis de análise para a discussão deste postulado. Os madeirenses, a partida, pelo baixo nível de literacia e pobreza material, eram largamente discriminados por outros brancos provenientes de Lisboa, Minho, Porto.

Esta atitude evidenciava-se no dia-a-dia destes homens que tinham limitações em termos de acesso à determinados locais, principalmente restaurantes do centro da cidade como são os casos dos restaurantes Tirol e Flórida que eram frequentados por comerciantes de sucesso e indivíduos distintos pela sua função social. Assim, convém evidenciar aqui uma certa alteridade e discriminação no seio dos brancos, principalmente em relação a sua proveniência e *status* dos pais.

Neste quadro gradativo de análise, eram também discriminados os brancos de segunda, os mulatos, pretos assimilados e nativos. Cada um, em função do seu *status*, demarcava o seu espaço e evidenciava a sua alteridade. Podemos aferir que este processo não era demonstrado num único sentido pois, o escalão, supostamente mais baixo, também manifestava atitudes discriminatórias em relação ao seu semelhante “diferente”.

Independentemente desta abordagem relativamente equilibrada quanto aos limites de discriminação, MWILA (2010) na sua obra evidencia um facto vivido no pós independência relativamente a não-aceitação de uma mulher negra no seio de brancos da Mapunda e descreve todo enredo de um romance proibido que, pela força do amor e determinação dos envolvidos culminou com a aceitação da relação. O autor, numa das suas passagens, retracta o teor de uma reunião familiar na qual o um pai contrariado expôs a sua profunda indignação relativa ao atrevimento de um pretendente negro da filha:

[...] Não. Isso não é uma declaração de amor; é, sim, uma declaração de guerra. Guerra dos negros contra os brancos. E a culpa é tua, filha. Como é que foste admitir o atrevimento desse preto de merda? O que é que vão dizer de mim os amigos? Que fui fraco, ao ponto de admitir um gajo negro desses como meu genro. Isso é um desprestígio para a minha família toda! Vão dizer que traí a nossa raça (MWILA, 2010: p. 42,43).

O diálogo entre pai e filha continuou e a filha apaixonada retorquiu: «pai, os teus amigos, os teus não sei que, a tua sociedade vai pensar aquilo que pensaram quando te envolveste com a negra da minha mãe [...]» (Ibid: p. 43).

À resposta acima foi rebatida pelo pai numa perspectiva de ser homem e, como tal ter maior liberdade de escolha. Trata-se de um cenário que perdurou no tempo, entretanto, a

degradação das condições sociais de muitos descendentes de madeirenses ao longo do tempo tenha aproximado mais as pessoas e diluído certas barreiras.

Independentemente de alguma aproximação, não se pode generalizar uma aproximação efectiva entre as duas partes pois, actos discriminatórios são também verificados em sentido oposto: *wakwela locindele*<sup>29</sup>.

Ora, percebe-se que este processo de mestiçagem levou alguns anos pois, tal como afirmado acima, o povoamento da Mapunda fez-se com algum equilíbrio entre homens e mulheres brancos o que permitiu algum resguardo durante algum tempo. Porém, deve-se salientar que a presença Boer em São Januário da Humpata permitiu também um outro tipo de mestiçagem, apesar de serem muito mais conservadores comparativamente aos portugueses.

### **A independência de Angola, a guerra civil e a Mapunda**

A emancipação política de Angola foi o marco principal de um conjunto de transformações ao nível da Mapunda que, até a data, conservava o epíteto de uma agrovila dissolvida num verde de invejar.

Assiste-se, inicialmente, a saída massiva de um conjunto de colonos que receosos de alguma revanche e cepticismo relativamente a estabilidade da região decidiram retornar para Portugal, um mundo desconhecido para muitos deles que apenas guardavam uma imagem no seu imaginário baseada nos relatos dos seus bisavós e avós. Estes, esperam também dificuldades de integração na terra de acolhimento pois, carregavam a partir de Angola o título de «“brancos de segunda”» (MENESES, 2010) ou, a chegada, retornados (MENESES e GOMES, 2013).

O relativo esvaziamento da região dava azo a presença de novos actores que, na condição de deslocados de guerra e, maioritariamente provenientes do planalto central, cobriam o vazio deixado pelos que partiram. Estes, não eram apenas negros. Havia um número significativo de brancos e mestiços que abandonaram zonas de grande conflitualidade.

A preferência pela Mapunda recai para a possibilidade de continuar a desenvolver uma actividade que já desenvolviam no Huambo e Bié – a agro-pecuária. Entretanto, o desenvolvimento da guerra civil em Angola aumentou a presença de povos de origens diversas na Mapunda e alterou completamente as dinâmicas sociais do espaço que entra num processo de partilha cultural em vários sentidos.

---

<sup>29</sup> Casou-se com um branco.

Enquanto uns decidiram partir, outros ficaram e, de acordo com alguns relatos obtidos, não tiveram quaisquer problemas porque era uma região de paz e a solidariedade entre as pessoas era muito evidente.



**Fonte: Bahu (2018). Da direita para a esquerda, dona Laura, Maria João e Fernanda. Famílias descendentes de madeirenses que decidiram permanecer na Mapunda.**

Entretanto, de um espaço caracterizado por imensas linhas de água, passou a ser uma zona densamente urbanizada e, na maior parte dos casos, um crescente urbanístico bastante desordenado.

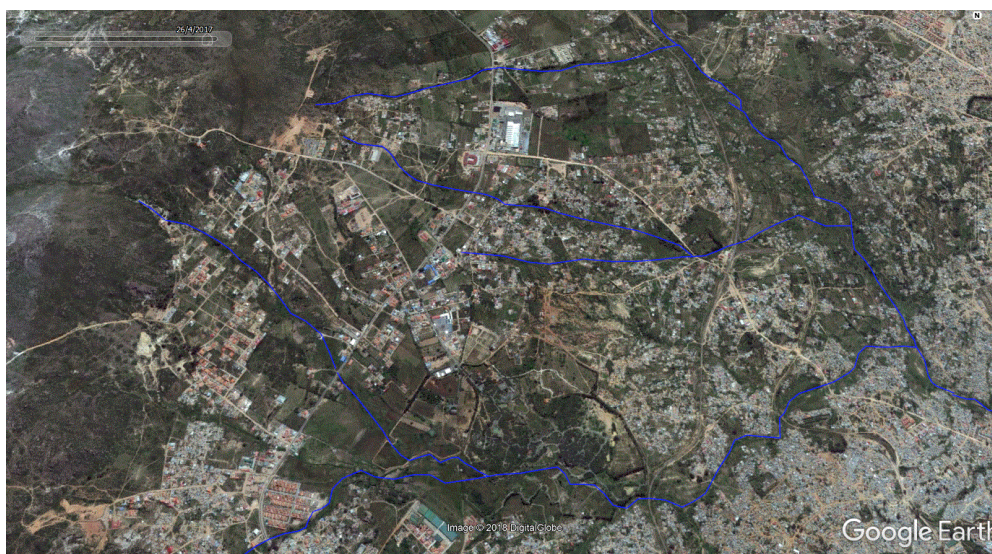
O betão substituiu o inóspito verde que era de perder de vista e atribuíu a Mapunda uma paisagem de invejar a qualquer transeunte. Hoje, observa-se um misto de urbano e periférico com a falta de saneamento básico a generalizar-se pela enorme amálgama de bairros pobres onde o sonho e a crença de um amanhã melhor estão longe da sua concretização. Há um certo conformismo e replicação da pobreza pois, a escola não é valorizada pelas famílias (negras e brancas) e a possibilidade de alguma projecção pessoal estão longe de acontecer.

Este olhar sobre o urbano *versus* rural e a noção de cidade diluída no marcador ocidental globalizado confundem qualquer cidadão que não conhece a fronteira entre o bairro e a cidade e, talvez, a narrativa de bairro esteja muito longe do asfalto ou de algum alinhamento urbanístico e vá para uma interpretação mais complexa. Entretanto, parece razoável a catalogação de um bairro em função das suas gentes e das características mais visíveis – a pobreza. Neste particular, PANTOJA (2018) faz uma análise sobre potenciais interpretações de uma cidade e a forma como o discurso da mesma se evidencia num contexto como o africano e de Luanda, em particular: «estar fora das normas, estar fora da vida, a perda da voz e o deslizar-

se para invisibilidade contingenciam as forças a partir das novas formas de desigualdades construídas e são emblemáticas de perversas lógicas do tempo globalizado» (PANTOJA, 2018: p.55). Eis um cenário que pode ser transportado para a idealização da Mapunda.

Assim, numa conversa com uma jovem nascida na Mapunda e funcionária doméstica, pode-se extrair um belíssimo exemplo desta pobreza anestésica:

Depois da morte da filha da minha irmã instaurou-se uma grande confusão no seio familiar. Era preciso resolver o problema do caixão e, seguidamente, a minha mãe olhou para o pai da criança que rapidamente deixou claro que não tinha dinheiro. O mesmo apresentava-se completamente sujo e embriagado. Como resultado desta situação, alguém olhou para a porta da minha casa, arrancou-a e fez o caixão. Felizmente, a minha patroa deu-me dinheiro para comprar outra porta<sup>30</sup>.



**Fonte: CIDE-ISCED, 2018. Imagem de Satélite referente ao crescimento urbano da Mapunda (2017).**

Neste contexto de uma Mapunda pobre, olhando um pouco para os brancos e mestiços, pode-se evidenciar que os habitantes da Mapunda de cima tiveram uma sorte relativamente diferente. Não é possível descrever aqui as razões fundamentais desta discrepância, todavia, a título de brincadeira alguns dizem que a grande diferença está na chegada do asfalto<sup>31</sup> a Mapunda de cima.

O mais complicado em todo o cenário é a ausência de uma memória colectiva ligada ao surgimento e desenvolvimento da Mapunda para que a nova geração se possa orientar e

<sup>30</sup> Conversa com dona Carolina. Mapunda, Abril de 2018.

<sup>31</sup> Em 2018 também chegou o asfalto a Mapunda de baixo.

participar mais activamente no processo de reorganização desta importante localidade – há, indiscutivelmente, a necessidade de se investir na história local como forma de persuasão a ideia de participação e protecção de tudo aquilo que constitui património da Mapunda.

Se por um lado era evidente alguma discriminação de brancos contra negros, por outro, passou a ser evidente certa rejeição e afastamento dos brancos. Havia imensas suspeitas de alguma “traição” e possível perturbação do projecto anti colonial que, apesar do envolvimento de imensos brancos e mestiços, introduzia movimentos com ideais diferentes daquilo que era o desejável – destaca-se, neste particular, a acção do Exercito de Libertação de Portugal (ELP) que, identificado com os movimentos de extrema-direita combatia a esquerda portuguesa e, no contexto angolano, principalmente na região do Lubango, desenvolvia as suas acções. Este movimento contou com o apoio de alguns colonos da Mapunda que armazenavam armas na cave de suas residências.

Assim, registou-se uma enorme campanha política de propaganda que acompanhou o processo de descolonização onde a retórica anticolonial espelhava as agruras da escravidão e da colonização. Deste modo, os feitos de um nacionalismo branco, largamente defendido por alguns historiadores dos quais PIMENTA (2005: p.185), destacou que «[...] alguns sectores da minoria branca souberam levantar-se da apatia geral, transcender os limites do colonialismo e lutar ao lado dos seus companheiros mestiços e negros pela independência de Angola» foi completamente obliterado entre a população negra das zonas mais periféricas.

Este quadro de análise deu origem aos pseudonacionalistas negros que continuam a passar uma mensagem discriminatória, impedindo, claramente, a possibilidade de ascensão política de um indivíduo de tonalidade mais clara.

Portanto, a luz de todas as dinâmicas de um período turbulento que foi o pós-independência, a disputa político-militar dos três movimentos de libertação nacional fez-se sentir no Lubango e a Mapunda não fugiu a regra. O relato da dona Fernanda e Maria João confirma tais episódios:

Apesar de não termos vivido grandes investidas dos movimentos políticos, eles passaram por aqui e estamos lembradas da presença da FNLA que ocupou a casa do tio Zeca e da UNITA que passou por aqui e apenas pediu comida para continuar a marcha. Mesmo nos confrontos

de 1992, com alguma violência noutros bairros, a Mapunda não teve grandes perturbações<sup>32</sup>.

O bairro da Mapunda, anteriormente desprezado por conta dos seus habitantes, afigura-se hoje como uma zona de enorme procura de terrenos para habitação e, no limite dos contrastes, inclui condomínios e residências para indivíduos de classe média alta. Ainda assim, a maior parte dos terrenos estão constituídos por bairros pobres e residências maioritariamente construídas com adobes. Em jeito de brincadeira, algumas pessoas apelidaram-no de Talatona<sup>33</sup>.

## Conclusões

Independente das transformações observadas ao longo dos anos, a Mapunda continua a ter como referência primária os madeirenses e seus descendentes. Daí, a memória colectiva daquele recinto é marcada por um espaço de grande mestiçagem e, evidentemente, uma mestiçagem também baseada na cor da pele.

De uma estrutura meramente colonial com nichos discriminatórios variados, a coabitação com diferentes entidades culturais e surgimento de casamentos mistos, promoveu uma cultura compósita de maior tolerância e respeito, pese embora, o nível económico e intelectual possam ainda ser um importante marcador de discriminação e afastamento.

O incontornável crescimento urbano ludibriou o projecto de uma agrovila que redimensionada ao cenário actual teria construído uma das mais belas localidades do Lubango. No infinito do horizonte restou uma belíssima cordilheira que ainda é, em algumas partes, a preservação de uma fauna e flora exóticas que marcaram a memória de muitos cidadãos que por ela passaram.

## Referências Bibliográficas

ARRIMAR, Jorge. *O Planalto do kissonde*. Luanda: caxinde editora, 2013.

BAHU, Helder Alicerces. *Os Profetas e a Cura pela Fé. Um Estudo Antropológico na Igreja Jesus Cristo Salvador do Lubango*. Tese (Doutoramento em Antropologia) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2014.

BAHU, Helder Alicerces. *Os quadros angolanos em Portugal: integração e retorno*. Lisboa: edições Colibri, 2013.

---

<sup>32</sup> Conversa com dona Fernanda e Maria João. Mapunda, 18 de Maio de 2018.

<sup>33</sup> Zona nobre da cidade de Luanda.

BASTOS, Cristiana. «Maria Índia, ou a Fronteira da Colonização: Trabalho, Migração e Política no Planalto Sul de Angola». Em: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, nº 31, p. 51-74, 2009.

DIAS, Gastão Sousa *A cidade de Sá da Bandeira*. Sá da Bandeira: Gráfica da Huíla, Limitada, 1957.

FIGUEIREDO, E. & SMITH G. *Common Names of Angolan Plants*. Inhlaba Books, 2012.

HENDERSON, Lawrence W. *A Igreja em Angola: Um Rio com Várias Correntes*. Lisboa: Edições Além – Mar. 1990.

KALUKEMBE, Jorge. *Chicoronho*. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2009.

MAGALHÃES, Leite [Dir.] «A Colonização e os Desenvolvimento de Angola». Em *Gazeta da Colónias*, Ano II, nº 27 e 28, 1925.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. *A Nação una: organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Lisboa, P. Ferreira & Filhos, 1953.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola): Estudo de Geografia Humana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.

MENESES, Maria Paula G. « O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais », e-cadernos ces [Online], 07 |, consultado a 16 Fevereiro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/403>. 2010.

MENESES, Maria Paula & Catarina Gomes. *Regressos? Os Retornados na (DES) Colonização Portuguesa*. Lisboa, Editora Almedina. 2013.

MUÍLA, Franck . *Mapunda*. Angola: INIC, 2010.

PANTOJA, Selma. *Cidades africanas pelo avesso do espelho: Luanda cotidiano, força e luta*. Em Pantoja, Selma [org] *Leituras Cruzadas sobre Angola*. Saberes, Culturas e Políticas, São Paulo, Paco Editorial, 2018.

PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Edições Minerva Coimbra, 2005.

\*\*\*

**Helder Alicerces Bahu:** Professor Associado com Agregação Pedagógica na Repartição de História do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação, no Lubango.

**Como citar este artigo:**

Bahu, Helder Alicerces; “Povoamento” da Mapunda. Encontros e desencontros num espaço iminentemente Colonial In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp. 277-298 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41856.